

# Civesa Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
**CIVESA VEÍCULOS S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CIVESA VEÍCULOS S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIVESA VEÍCULOS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2026.

**PP&C Auditores Independentes**  
CRC2SP16.839/O-0



**Giácomo Walter Luiz de Paula**  
CRC1SP243.045/O-0  
Contador



**Johnatan Henrique dos Santos**  
CRC1SP295.723/O-0  
Contador

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## Civesa Veículos S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	9	8.294	3.668	8.182	3.513	Empréstimos e financiamentos	14	6.609	15.568	5.023	14.347
Aplicações financeiras	9	424	950	424	950	Fornecedores		342	129	329	473
Contas a receber	10	2.458	1.915	3.456	2.117	Impostos e contribuições a recolher		252	342	192	276
Estoques	11	5.702	15.968	5.698	15.592	Parcelamento de impostos	16	241	278	241	278
Impostos a recuperar		579	441	578	440	Salários, férias e encargos a pagar	15	867	998	867	998
Outras contas a receber		563	1.224	232	760	Adiantamentos de clientes		114	1.223	68	974
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.020</b>	<b>24.166</b>	<b>18.570</b>	<b>23.372</b>	Dividendos propostos		-	101	-	101
						Outras contas a pagar		32	19	32	19
						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.457</b>	<b>18.658</b>	<b>6.752</b>	<b>17.466</b>
Aplicações financeiras	9	2.253	9.639	2.253	9.639	Empréstimos e financiamentos	14	-	1.121	-	-
Outros investimentos		50	50	-	-	Parcelamento de impostos	16	544	726	544	726
Ativo fiscal diferido		370	-	370	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	127	128	127	128
Investimentos	12	-	-	2.609	2.645	Passivo fiscal diferido	20	-	120	-	120
Imobilizado	13	11.684	11.330	6.870	7.216	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>671</b>	<b>2.095</b>	<b>671</b>	<b>974</b>
Intangível		15	14	15	14	<b>Patrimônio líquido</b>	18				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>14.372</b>	<b>21.033</b>	<b>12.117</b>	<b>19.514</b>	Capital social		22.447	20.861	22.447	20.861
						Reserva legal		1.636	1.636	1.636	1.636
						Ajuste de avaliação patrimonial		327	363	327	363
						Dividendos adicionais propostos		-	1.586	-	1.586
						Prejuízos acumulados		(1.146)	-	(1.146)	-
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>23.264</b>	<b>24.446</b>	<b>23.264</b>	<b>24.446</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>32.392</b>	<b>45.199</b>	<b>30.687</b>	<b>42.886</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>32.392</b>	<b>45.199</b>	<b>30.687</b>	<b>42.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Civesa Veículos S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	21	52.933	73.113	53.516	73.158
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(44.661)</u>	<u>(63.860)</u>	<u>(45.536)</u>	<u>(64.038)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>8.272</u></b>	<b><u>9.253</u></b>	<b><u>7.980</u></b>	<b><u>9.120</u></b>
Despesas de vendas	22	(8.350)	(8.848)	(8.257)	(8.776)
Administrativas e gerais	22	(1.893)	(2.510)	(1.881)	(2.507)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	<u>768</u>	<u>5.260</u>	<u>533</u>	<u>4.994</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>(1.203)</u></b>	<b><u>3.155</u></b>	<b><u>(1.625)</u></b>	<b><u>2.831</u></b>
Receitas financeiras	23	891	1.055	889	1.053
Despesas financeiras	23	<u>(1.188)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(900)</u>	<u>(1.360)</u>
<b>Financeiras líquidas</b>		<b><u>(297)</u></b>	<b><u>(540)</u></b>	<b><u>(11)</u></b>	<b><u>(307)</u></b>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>(107)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>(1.500)</u></b>	<b><u>2.615</u></b>	<b><u>(1.672)</u></b>	<b><u>2.417</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(172)	(978)	-	(780)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>490</u>	<u>22</u>	<u>490</u>	<u>22</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b><u>(1.182)</u></b>	<b><u>1.659</u></b>	<b><u>(1.182)</u></b>	<b><u>1.659</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Civesa Veículos S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	<u>(1.182)</u>	<u>1.659</u>	<u>(1.182)</u>	<u>1.659</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(1.182)</u></b>	<b><u>1.659</u></b>	<b><u>(1.182)</u></b>	<b><u>1.659</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Civesa Veículos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>20.861</b>	<b>1.547</b>	<b>480</b>	<b>-</b>	<b>149</b>	<b>23.037</b>
Distribuição de dividendos conforme AGO de 26 de abril de 2024	<b>18.a</b>		-	-	-	(149)	(149)
Realização do custo atribuído		-	-	(117)	117	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.659	-	1.659
Destinações:							
Reserva legal	<b>18.b</b>	-	89	-	(89)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>18.c</b>	-	-	-	(101)	-	(101)
Dividendos adicionais propostos	<b>18.d</b>	-	-	-	(1.586)	1.586	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>20.861</b>	<b>1.636</b>	<b>363</b>	<b>-</b>	<b>1.586</b>	<b>24.446</b>
Aumento de capital, com saldo dos dividendos propostos AGO 17 de abril de 2	<b>18.a</b>	1.586	-	-	-	(1.586)	-
Realização do custo atribuído	<b>18.e</b>	-	-	(36)	36	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.182)	-	(1.182)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>22.447</b>	<b>1.636</b>	<b>327</b>	<b>(1.146)</b>	<b>-</b>	<b>23.264</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Civesa Veículos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		(1.182)	1.659	(1.182)	1.659
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação e amortização	22	1.190	1.252	383	321
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	12	-	-	36	107
Amortização direito de uso	14				-
Reversão de provisão para contingências					
Reversão de provisão para obsolescência dos estoques	11				
Baixa de outros investimentos		-			-
Custo residual de ativo imobilizado baixado		1.717	1.385	167	21
Juros provisionados	14.1	630	1.047	375	841
Despesas de imposto de renda e contribuição social	20	(318)	956	(490)	758
Crédito de PIS e COFINS	22	-	(4.888)	-	(4.888)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber		(543)	2.089	(1.339)	1.949
Estoques		10.266	(43)	9.894	333
Impostos a recuperar		(138)	(72)	(138)	(71)
Outras contas a receber		661	(467)	528	(201)
Depósitos judiciais					
Fornecedores e outras contas a pagar		226	(374)	(131)	(34)
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos		(305)	(109)	(303)	(110)
Salários, férias e encargos a pagar		(131)	(1)	(131)	(1)
Adiantamentos de clientes		(1.109)	902	(906)	901
Pagamentos para contingências/riscos fiscais	17	(1)	(5)	(1)	(5)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>10.963</b>	<b>3.331</b>	<b>6.762</b>	<b>1.580</b>
Juros pagos	14.1	(1.239)	(736)	(728)	(530)
Impostos pagos sobre o lucro		(176)	(974)	-	(780)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>9.548</b>	<b>1.621</b>	<b>6.034</b>	<b>270</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicação financeira		7.912	574	7.912	574
Aquisição de ativo Intangível		(6)	-	(6)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(3.256)	(1.687)	(199)	(123)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento</b>		<b>4.650</b>	<b>(1.113)</b>	<b>7.707</b>	<b>451</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Dividendos pagos		(101)	(158)	(101)	(158)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14.1	(38.918)	(55.469)	(37.480)	(53.337)
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	14.1	29.447	55.550	28.509	53.090
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(9.572)</b>	<b>(77)</b>	<b>(9.072)</b>	<b>(405)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.626</b>	<b>431</b>	<b>4.669</b>	<b>316</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		3.668	3.237	3.513	3.197
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		8.294	3.668	8.182	3.513
		<b>4.626</b>	<b>431</b>	<b>4.669</b>	<b>316</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

### 1 Contexto operacional

A Civesa Veículos S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na Rua Frederico Ruegger, 181, bairro Jardim Cândida, em Araras, e filial em Rio Claro, no estado de São Paulo. O objeto social da Companhia é a comercialização de veículos General Motors (GM) novos e veículos usados multimarcas, peças e acessórios e a prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha GM.

#### Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/26. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

### 2 Entidade do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada direta, conforme participação destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado-País	Participação	
		2025	2024
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	Araras/SP-Brasil	100%	100%

### 3 Base de preparação

#### Declaração de conformidade (com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG))

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia e de sua Controlada confirmam que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 4 de março de 2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, quando aplicáveis, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e sua Controlada.

As estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

##### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** – Contas a receber – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperada para o contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 19** – Instrumentos financeiros;
- **Nota explicativa nº 7 – f.(iii)** – Vidas úteis do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 17** – Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

##### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua Controlada estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Administração.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que elas atendem aos requisitos das NBCs TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua Controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua Controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia e sua Controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

### **a. Base de consolidação**

#### **(i) Controlada**

A Companhia e sua Controlada controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e têm a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e sua Controlada obtiverem o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da Controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### **(ii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e sua Controlada na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Receita operacional**

O NBC TG 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30 – Receitas, o NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. Veja nota explicativa nº 21.

***Venda de produtos***

De acordo com NBC TG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas, detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento da receita.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia e sua Controlada compreendem:

- receita de juros sobre aplicações financeiras;
- despesa de juros sobre empréstimos; e
- despesas de juros e multas sobre parcelamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada Civesa Locadora de Veículos Ltda. optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 32% no cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre a receita bruta proveniente da locação de veículos e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e não estão inseridos no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos do patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual a Companhia e sua Controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é avaliado ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e sua Controlada para os NBC TGs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua Controlada.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua Controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de imobilizado	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Prédios e instalações	5 a 50 anos	5 a 50 anos
Máquinas, ferramentas e equipamentos	3 a 40 anos	3 a 40 anos
Equipamentos processamento de dados	3 a 12 anos	3 a 12 anos
Móveis e utensílios	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Veículos	2 a 5 anos	2 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua Controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua Controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua Controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia e sua Controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua Controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido nesse modelo) e a maneira como tais riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua Controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua Controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua Controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base na performance de um ativo).

*Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou, ainda, designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em

uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia e sua Controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre esse ativo.

A Companhia e sua Controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(v) *Capital social***

##### *Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### **h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

##### **(a) *Ativos financeiros não derivativos***

##### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia e sua Controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua Controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua Controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua Controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua Controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. Ademais, consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua Controlada estão expostas ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, as quais são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua Controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua Controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia e sua Controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**(b) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua Controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a estas UGCs (ou grupo destas), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo) de forma *pro rata*.

**i. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**a) IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtópicos padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

**b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

**c) Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e à IFRS 7 / CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

**d) Outras normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras ou individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	317	1.432	317	1.431
Aplicações financeiras	7.977	2.236	7.865	2.082
	<b>8.294</b>	<b>3.668</b>	<b>8.182</b>	<b>3.513</b>

Estas são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são remuneradas a taxas que variam entre 99,5% e 104% (idênticas a 2024) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**a. Aplicações financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
GM Factoring Soc. Fomento Comercial Ltda. (a)	2.677	10.589	2.677	10.589
	<b>2.677</b>	<b>10.589</b>	<b>2.677</b>	<b>10.589</b>
Ativo circulante	424	950	424	950
Ativo não circulante	2.253	9.639	2.253	9.639

- (a) Saldo do fundo de negócios junto à *General Motors*, que serve de lastro para o financiamento de veículos de estoque com juros reduzidos. Tem rentabilidade mensal como títulos de renda fixa de curto prazo, com remuneração de taxas praticadas pelo mercado.

A exposição da Companhia e sua Controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

## 10 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber	2.264	1.815	2.225	1.811
Contas a receber com partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	250	156	1.287	362
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(56)	(56)	(56)	(56)
	<u>2.458</u>	<u>1.915</u>	<u>3.456</u>	<u>2.117</u>
<b>Idade da carteira</b>				
A vencer	2.361	1.698	3.359	1.900
Vencidos:				
Até 30 dias	56	187	56	187
Entre 30 e 60 dias	5	1	5	1
Entre 60 e 90 dias	12	9	12	9
Entre 90 e 180 dias	3	11	3	11
Entre 180 e 360 dias	20	9	20	9
Acima de 360 dias	57	56	57	56
<b>Total contas a receber</b>	<u>2.514</u>	<u>1.971</u>	<u>3.512</u>	<u>2.173</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(56)	(56)	(56)	(56)
<b>Saldo líquido do contas a receber</b>	<u>2.458</u>	<u>1.915</u>	<u>3.456</u>	<u>2.117</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	(56)	(56)	(56)	(56)
Reversão constituída	-	-	-	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<u>(56)</u>	<u>(56)</u>	<u>(56)</u>	<u>(56)</u>

### *Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável*

A exposição da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

## 11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Veículos de revenda - novos	2.714	10.229	2.714	10.229
Veículos de revenda - seminovos	815	3.349	815	3.349
Peças e acessórios	2.042	1.999	2.042	1.999
Adiantamentos a fornecedores	146	406	142	30
Provisão para obsolescência e morosidade	(15)	(15)	(15)	(15)
	<b>5.702</b>	<b>15.968</b>	<b>5.698</b>	<b>15.592</b>

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

## 12 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Civesa Locadora de Veículos Ltda. (Controlada)	-	-	2.609	2.645

O saldo apresentado de investimentos em Controladas trata-se da Civesa Locadora de Veículos Ltda., sendo apresentado na demonstração financeira individual da controladora através do método de equivalência patrimonial:

<b>Civesa Locadora de Veículos Ltda.</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ativos totais	5.526	5.301
Passivos totais	5.562	5.408
Capital social integralizado	500	500
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.609</b>	<b>2.645</b>
Receita operacional líquida	1.569	1.696
Resultado do exercício	(36)	(107)
<i>Participação %</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>
<b>Movimentação dos saldos:</b>		
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2023		2.752
Resultado de equivalência patrimonial		(107)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2024		<b>2.645</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(36)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2025		<b>2.609</b>

## 13 Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Custo</b>							
Terrenos	3.467	-	-	3.467	-	-	3.467
Prédios e instalações	4.697	18	-	4.715	51	(75)	4.691
Máquinas, ferramentas e equipamentos	898	17	-	915	19	-	934
Equipamentos de processamento de dados	495	31	-	526	41	(173)	394
Móveis e utensílios	730	18	-	748	5	-	753
Veículos (i)	6.744	1.603	(2.108)	6.239	3.140	(3.210)	6.169
Outros imobilizados	21	-	(21)	-	-	-	-
	<b>17.052</b>	<b>1.687</b>	<b>(2.129)</b>	<b>16.610</b>	<b>3.256</b>	<b>(3.458)</b>	<b>16.408</b>
<b>Depreciação</b>							
Prédios e instalações	(1.269)	(162)	-	(1.431)	(231)	75	(1.587)
Máquinas, ferramentas e equipamentos	(776)	(16)	-	(792)	(15)	-	(807)
Equipamentos de processamento de dados	(448)	(9)	6	(451)	(13)	174	(290)
Móveis e utensílios	(688)	(36)	-	(724)	(37)	47	(714)
Veículos	(1.591)	(1.029)	738	(1.882)	(889)	1.445	(1.326)
	<b>(4.772)</b>	<b>(1.252)</b>	<b>744</b>	<b>(5.280)</b>	<b>(1.185)</b>	<b>1.741</b>	<b>(4.724)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>12.280</b>	<b>435</b>	<b>(1.385)</b>	<b>11.330</b>	<b>2.071</b>	<b>(1.717)</b>	<b>11.684</b>

<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>
<b>Custo</b>							
Terrenos	3.467	-	-	3.467	-	-	3.467
Prédios e instalações	4.697	18	-	4.715	51	(75)	4.691
Máquinas, ferramentas e equipamentos	898	17	-	915	19	-	934
Equipamentos de processamento de dados	495	20	-	515	31	(173)	373
Móveis e utensílios	730	18	-	748	5	-	753
Veículos	644	50	-	694	93	(714)	73
Outros imobilizados	21	-	(21)	-	-	-	-
	<b>10.952</b>	<b>123</b>	<b>(21)</b>	<b>11.054</b>	<b>199</b>	<b>(962)</b>	<b>10.291</b>
<b>Depreciação</b>							
Prédios e instalações	(1.269)	(162)	-	(1.431)	(231)	75	(1.587)
Máquinas, ferramentas e equipamentos	(776)	(16)	-	(792)	(15)	-	(807)
Equipamentos de processamento de dados	(441)	(9)	-	(450)	(13)	174	(289)
Móveis e utensílios	(688)	(36)	-	(724)	(37)	47	(714)
Veículos	(343)	(98)	-	(441)	(82)	499	(24)
	<b>(3.517)</b>	<b>(321)</b>	<b>-</b>	<b>(3.838)</b>	<b>(378)</b>	<b>795</b>	<b>(3.421)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>7.435</b>	<b>(198)</b>	<b>(21)</b>	<b>7.216</b>	<b>(179)</b>	<b>(167)</b>	<b>6.870</b>

### 13.1 Provisão para redução no valor recuperável

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua Controlada não identificaram indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos.

### 13.2 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia e sua Controlada são os próprios bens financiados, aplicações financeiras junto à *GM Factoring* Sociedade de Fomento Comercial Ltda. e avais da Acionista.

## 14 Empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2025	2024	2025	2024
<b>Moeda nacional:</b>				
Financiamentos para aquisição de veículos - Juros de 1,14% a 1,45% a.m.	6.339	4.613	4.753	2.271
Financiamentos para aquisição de veículos e peças - Juros de 0,50 % a.m. a 1,66% a.m.	270	12.076	270	12.076
<b>Total</b>	<b>6.609</b>	<b>16.689</b>	<b>5.023</b>	<b>14.347</b>
Passivo circulante	6.609	15.568	5.023	14.347
Passivo não circulante	-	1.121	-	-

Garantias – investimentos (aplicações financeiras) junto à *GM Factoring* Sociedade de Fomento Comercial Ltda. e avais da U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A.

### 14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16.297</b>		<b>14.283</b>	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	55.550		53.090	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(55.469)		(53.337)	
Pagamento de juros	(736)		(530)	
Juros apropriados	1.047		841	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.689</b>		<b>14.347</b>	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	29.447		28.509	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(38.918)		(37.480)	
Pagamento de juros	(1.239)		(728)	
Juros apropriados (nota explicativa nº 23)	630		375	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.609</b>		<b>5.023</b>	

## 15 Salários, férias e encargos a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Salários a pagar	255	324	255	324
Provisão de férias a pagar	342	317	342	317
FGTS a recolher	69	55	69	55
INSS a recolher	201	302	201	302
<b>Total</b>	<b>867</b>	<b>998</b>	<b>867</b>	<b>998</b>

## 16 Parcelamento de impostos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
PIS (b)	48	61	48	61
COFINS (b)	346	444	346	444
IRRF	19	24	19	24
IRPJ (a)	313	400	313	400
CSLL	59	75	59	75
<b>Total</b>	<b>785</b>	<b>1.004</b>	<b>785</b>	<b>1.004</b>
Passivo circulante	241	278	241	278
Passivo não circulante	544	726	544	726

- (a) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária (PERT), conforme Lei 13.496/2017, no valor de R\$ 1.652, já quitado antecipadamente.
- (b) Em 21 de agosto de 2014, a Companhia efetuou o parcelamento de seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, conforme Lei 12.996/2014, no valor de R\$ 2.669.

## 17 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e sua Controlada estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis foi constituída para os casos considerados com risco de perda provável.

Movimentação das contingências	Saldo 31 de dezembro de 2023	Pagamento	Saldo 31 de dezembro de 2024	Pagamento	Saldo 31 de dezembro de 2025
Cível	133	(5)	128	(1)	127
	<b>133</b>	<b>(5)</b>	<b>128</b>	<b>(1)</b>	<b>127</b>

### Contingências passivas não provisionadas

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, no valor de R\$ 101 (R\$ 0 em 2024), cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, apontaram para risco possível de perda e, portanto, não foram reconhecidas na contabilidade, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social – (Controladora)

O capital social está representado por 1.100.000 ações ordinárias nominativas (idênticas a 2024), sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.586, por meio da capitalização do saldo remanescente do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2024, passando de R\$ 20.861 para R\$ 22.447, sem alteração no número de ações ordinárias, continuando com 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações.

Entidade	Participação acionária	
	31/12/2025	31/12/2024
	<b>Direta</b>	<b>Direta</b>
USJ - Administração e Participações S/A	92,85%	92,85%
Luiz Gonzaga Castione Sans	5,88%	5,88%
Hermínio Ometto Neto	0,24%	0,24%
Maria Carolina Ometto Fontanari	0,24%	0,24%
Duse Maria Ometto	0,24%	0,24%
Outros	0,55%	0,70%

### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos mínimos obrigatórios

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 6% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no artigo 202, item I, da lei 6.404/76.

### d. Dividendos adicionais propostos

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2024, alocados como dividendos adicionais propostos, foi deliberado, por ocasião da assembleia geral dos acionistas realizado em 17 de abril de 2025 para aumento do capital social da Companhia.

### e. Ajustes de avaliação patrimonial

São compostos do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do NBC TG 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

## 19 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro de 2025</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	7.977	-	-	7.977	-	7.977	-	7.977
Aplicações financeiras	2.677	-	-	2.677	-	2.677	-	2.677
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	317	-	317	-	-	-	-
Contas a receber	-	2.458	-	2.458	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	563	-	563	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.654</b>	<b>3.338</b>	<b>-</b>	<b>13.993</b>	<b>-</b>	<b>10.654</b>	<b>-</b>	<b>10.654</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	6.609	-	6.609	-	6.609	-	6.609
<b>Outros passivos financeiros</b>								
Fornecedores	-	-	342	342	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	32	32	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6.609</b>	<b>374</b>	<b>6.983</b>	<b>-</b>	<b>6.609</b>	<b>-</b>	<b>6.609</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Valor contábil</b>				<b>Valor justo</b>			
	<b>Valor justo por meio de resultado</b>	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.236	-	-	2.236	-	2.236	-	2.236
Aplicações financeiras	10.589	-	-	10.589	-	10.589	-	10.589
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.432	-	1.432	-	-	-	-
Contas a receber	-	1.915	-	1.915	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.224	-	1.224	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.825</b>	<b>4.571</b>	<b>-</b>	<b>17.396</b>	<b>-</b>	<b>12.825</b>	<b>-</b>	<b>12.825</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	16.689	-	16.689	-	16.689	-	16.689
<b>Outros passivos financeiros</b>								
Fornecedores	-	-	129	129	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	19	19	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>16.689</b>	<b>148</b>	<b>16.837</b>	<b>-</b>	<b>16.689</b>	<b>-</b>	<b>16.689</b>

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro de 2025</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	7.865	-	-	7.865	-	7.865	-	7.865
Aplicações financeiras	2.677	-	-	2.677	-	2.677	-	2.677
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	317	-	317	-	-	-	-
Contas a receber	-	3.456	-	3.456	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	232	-	232	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.542</b>	<b>4.005</b>	<b>-</b>	<b>14.547</b>	<b>-</b>	<b>10.542</b>	<b>-</b>	<b>10.542</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	5.023	-	5.023	-	5.023	-	5.023
<b>Outros passivos financeiros</b>								
Fornecedores	-	-	329	329	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	32	32	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.023</b>	<b>361</b>	<b>5.384</b>	<b>-</b>	<b>5.023</b>	<b>-</b>	<b>5.023</b>

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro de 2024</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.082	-	-	2.082	-	2.082	-	2.082
Aplicações financeiras	10.589	-	-	10.589	-	10.589	-	10.589
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.431	-	1.431	-	-	-	-
Contas a receber	-	2.117	-	2.117	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	760	-	760	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.671</b>	<b>4.308</b>	<b>-</b>	<b>16.979</b>	<b>-</b>	<b>12.671</b>	<b>-</b>	<b>12.671</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	14.347	-	14.347	-	14.347	-	14.347
<b>Outros passivos financeiros</b>								
Fornecedores	-	-	473	473	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	19	19	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>14.347</b>	<b>492</b>	<b>14.839</b>	<b>-</b>	<b>14.347</b>	<b>-</b>	<b>14.347</b>

Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida.

Quanto a todas as operações apresentadas nas tabelas supramencionadas, a Administração da Companhia e sua Controlada considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

### **Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia e sua Controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii);
- Risco de liquidez (iii); e
- Risco de mercado (iv).

(i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua Controlada. Sendo assim, é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua Controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos por elas enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar esses riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua Controlada, as quais, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) *Risco de crédito*

É o risco de a Companhia e a sua Controlada incorrerem em perdas financeiras, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito é principalmente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

#### **Contas a receber de clientes e outros créditos**

A carteira de recebíveis da Companhia e sua Controlada é pulverizada. A exposição da Companhia e sua Controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto a sua condição financeira antes de a Companhia e sua Controlada apresentarem sua proposta de limite de crédito e o termo de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e sua Controlada inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto dentro dos critérios estabelecidos, com alçadas de limites de

liberação pelos gestores, sem exigir a aprovação da Diretoria; estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e sua Controlada somente poderão com elas operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, estes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, bem como sua localização geográfica, a indústria em que atuam, o perfil de idade, a maturidade e a existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo que suas vendas futuras são efetuadas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia e sua Controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

#### **Investimentos (aplicações financeiras)**

A Companhia e sua Controlada limitam sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e somente com instituições financeiras de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e sua Controlada tenham investido apenas em títulos com classificações altas, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

#### **Garantias**

Não havia garantias pendentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

Ativos financeiros	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	8.294	3.668	8.182	3.513
Aplicações financeiras	9	2.677	10.589	2.677	10.589
Contas a receber	10	2.458	1.915	3.456	2.117
Outras contas a receber		563	1.224	232	760
		<b>13.992</b>	<b>17.396</b>	<b>14.547</b>	<b>16.979</b>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

#### *(iii) Risco de liquidez*

É o risco em que a Companhia e sua Controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua Controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada utilizam o custeio com base em atividades para precificar seus produtos, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu

retorno de caixa sobre investimentos. Tipicamente, a Companhia e sua Controlada garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros.

<b>Consolidado</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	6.609	6.609	5.034	1.575	-	-	-
Fornecedores	342	342	342	-	-	-	-
Outras contas a pagar	32	32	32	-	-	-	-

<b>Controladora</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	5.023	5.023	4.375	648	-	-	-
Fornecedores	329	329	329	-	-	-	-
Outras contas a pagar	32	32	32	-	-	-	-

<b>Consolidado</b>	<b>31 de dezembro de 2024</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	16.689	16.689	14.971	1.157	360	201	-
Fornecedores	129	129	129	-	-	-	-
Outras contas a pagar	19	19	19	-	-	-	-

<b>Controladora</b>	<b>31 de dezembro de 2024</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	14.437	14.437	13.840	597	-	-	-
Fornecedores	473	473	473	-	-	-	-
Outras contas a pagar	19	19	19	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e sua Controlada, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) *Risco de mercado*

Este é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia e sua Controlada ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a tais riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua Controlada estarem sujeitas a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia e sua Controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	7.977	2.236	7.865	2.082
Aplicações financeiras	2.677	10.589	2.677	10.589
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	6.609	16.689	5.023	14.347

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia e sua Controlada não efetuam análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois consideram que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações financeiras.

### **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua Controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua Controlada.

O objetivo da Companhia e sua Controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, bem como buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

### **Gestão de capital**

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do credor e do mercado e assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e sua Controlada definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

### **Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua Controlada operam com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros investimentos, fornecedores e outras contas a pagar, adiantamento de clientes e empréstimos e financiamentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi realizada reclassificação de instrumentos financeiros.

## **20 Imposto de renda e contribuição social**

### **(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, e têm a seguinte origem:

#### **Consolidado e Controladora**

	<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
<b>Ativo não circulante:</b>					
Provisão para perdas de crédito esperadas	19	-	19	-	19
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	45	-	45	(1)	44
Provisão para obsolescência dos estoques	5	-	5	-	5
Prejuízos fiscal e base negativa	-	-	-	470	470
	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>69</b>	<b>469</b>	<b>538</b>
<b>Passivo não circulante:</b>					
Custo atribuído ao imobilizado	(211)	22	(189)	21	(168)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>(142)</b>	<b>22</b>	<b>(120)</b>	<b>490</b>	<b>370</b>

### **(ii) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.500)	2.615	(1.672)	2.417
(-) Lucro contábil pelo regime de lucro presumido (controlada)	(136)	(267)	-	-
(+/-) Participação nos lucros da empresa investida por equivalência patrimonial	-	-	36	107
Base de cálculo ajustada	(1.636)	2.348	(1.636)	2.524
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>				
Pela alíquota fiscal combinada	556	(798)	556	(858)
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativas	470	-	470	-
Imposto de renda e contribuição social correntes pelo regime de lucro presumido	(172)	(198)	-	-
Adições e exclusões permanentes	(536)	40	(536)	100
<b>Imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado</b>	<b>318</b>	<b>(956)</b>	<b>490</b>	<b>(758)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(172)</b>	<b>(978)</b>	<b>-</b>	<b>(780)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>490</b>	<b>22</b>	<b>490</b>	<b>22</b>

## 21 Receita operacional líquida

### (a) Fluxos de receitas

As receitas operacionais da Companhia e sua Controlada são compostas pela comercialização de veículos novos e usados, peças e acessórios, prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha GM e aluguel de veículos.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Revenda de carros novos	22.295	41.544	24.447	42.513
Revenda de carros seminovos	17.300	18.569	17.300	19.341
Serviços e peças	13.175	12.880	13.175	12.880
Locação	1.569	1.696	-	-
Comissões seguros e financiamentos	744	728	744	728
Impostos, abatimentos	(1.519)	(1.454)	(1.519)	(1.454)
Devoluções das vendas	(631)	(850)	(631)	(850)
<b>Total de receita</b>	<b>52.933</b>	<b>73.113</b>	<b>53.516</b>	<b>73.158</b>

### b) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e sua Controlada reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

<b>Tipo de produto / serviço</b>	<b>Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Veículos novos/usados e peças</b>	Os clientes obtêm o controle quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências deles. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há desconto padrão para as vendas e não existe programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao NBC TG 47.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se uma estimativa de notas faturadas e não entregues, baseadas em dados históricos, e o valor é estornado na receita de vendas.
<b>Serviço de manutenção</b>	As faturas para os serviços de manutenção são emitidas mensalmente e pagas via cartão, em média, até 5x, ou no boleto com parcelamento em até 3x, com vencimento a cada 30 dias.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é analisado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.
<b>Locação</b>	A receita de locação de bens é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em até 30 dias	As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

## 22 Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Custo com veículos novos, usados e peças	(42.451)	(60.611)	(43.521)	(61.423)
Salários e encargos sociais	(5.684)	(6.376)	(5.684)	(6.376)
Serviços prestados por terceiros	(2.340)	(1.629)	(2.340)	(1.629)
Comissões	(1.004)	(1.250)	(1.004)	(1.250)
Depreciação e amortização	(1.190)	(1.252)	(383)	(321)
Tributos e taxas	(299)	(440)	(234)	(922)
Outras	(449)	(2.373)	(1.256)	(2.379)
Publicidade e propaganda	(468)	(619)	(468)	(619)
Combustíveis, energia elétrica, água e telefone	(251)	(296)	(251)	(296)
Crédito de PIS e COFINS (a)	-	4.888	-	4.888
	<b>(54.136)</b>	<b>(69.958)</b>	<b>(55.141)</b>	<b>(70.327)</b>
<b>Classificadas como:</b>				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(44.661)	(63.860)	(45.536)	(64.038)
Vendas	(8.350)	(8.848)	(8.257)	(8.776)
Administrativas	(1.893)	(2.510)	(1.881)	(2.507)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	768	5.260	533	4.994
	<b>(54.136)</b>	<b>(69.958)</b>	<b>(55.141)</b>	<b>(70.327)</b>

- (a) Saldo refere-se ao crédito de recuperação de PIS e COFINS sobre a base de ICMS de períodos anteriores recebido através do GM Factoring Soc. Fomento Comercial Ltda.

## 23 Financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros aplicações financeiras	873	1.045	871	1.044
Juros demais operações e descontos financeiros	18	10	18	9
	<b>891</b>	<b>1.055</b>	<b>889</b>	<b>1.053</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros apropriados sobre financiamentos (nota explicativa nº 14)	(630)	(1.047)	(375)	(841)
Juros e demais operações financeiras	(98)	(77)	(98)	(77)
Despesas com cartões de crédito	(324)	(284)	(323)	(284)
Despesas bancárias	(53)	(49)	(41)	(46)
Descontos concedidos	(3)	(2)	(4)	(2)
Juros e Multas sobre parcelamentos	(59)	(61)	(59)	(61)
Imposto sobre operações financeiras	(21)	(75)	(0)	(49)
	<b>(1.188)</b>	<b>(1.595)</b>	<b>(900)</b>	<b>(1.360)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(297)</b>	<b>(540)</b>	<b>(11)</b>	<b>(307)</b>

## 24 Partes relacionadas

### a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e pelo Conselho Administrativo. A remuneração paga aos Diretores e Conselheiros Administrativos no exercício a título de remuneração foi de R\$ 797.884 (R\$ 752 em 2024).

### b. Controladores

A controladora da Companhia é a USJ – Administração e Participações S/A, que detém 92,85% das ações que representam o capital social da Civesa Veículos S.A.

### c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua Controlada, conforme demonstrado a seguir:

#### *Saldo de ativo e passivo:*

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a receber</b>				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.	250	156	65	18
Civesa Locadora de Veículos Ltda	-	-	1.222	344
<b>Total conta a receber (Nota explicativa nº 10)</b>	<b>250</b>	<b>156</b>	<b>1.287</b>	<b>362</b>
<b>Outras contas a receber</b>				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.	-	289	-	289
<b>Total outras contas a receber</b>	<b>-</b>	<b>289</b>	<b>-</b>	<b>289</b>
	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Transações que influenciaram o resultado</b>				
<b>Venda de bens, locação e serviços</b>				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.	595	1.881	485	185
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	-	-	1.349	772
<b>Peças e manutenção de veículos</b>				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.	2.142	196	380	196
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	-	-	653	969
	<b>2.737</b>	<b>2.077</b>	<b>2.867</b>	<b>2.122</b>

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Araras, 04 de março de 2026.

A Diretoria

\* \* \*

Maria Carolina Ometto Fontanari  
Diretora Presidente

Edmir Alcides Camara  
Diretor Executivo

Fabiana Monteiro Corrêa de Sá  
Contadora CRC 1SP198115/O-4  
CPF 267.076.258-10